



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	A monocultura de soja no Rio Grande do Sul: consenso e contradições
<b>Autor</b>	FERNANDO NICTERWITZ SCHERER
<b>Orientador</b>	MARIA CECI ARAUJO MISOCZKY

O Brasil é o segundo maior produtor de soja no mundo, contabilizando aproximadamente 27% de toda a soja produzida em nosso planeta. Segundo estimativas do Ministério da Agricultura, a safra de 2013/2014 deve superar 86 milhões de toneladas (Brasil, 2014a). A produção da oleaginosa é apontada como peça chave para a manutenção do equilíbrio da balança comercial pelo Governo Federal, que tem atuado na expansão do agronegócio, colocando essa *commodity* em destaque (Brasil, 2014b). Somam-se às linhas especiais de crédito oferecidas os benefícios fiscais concedidos a produtores e outros componentes da cadeia produtiva da soja, outra importante forma de incentivo do Governo Federal ao agronegócio no país, que se manifesta nas instâncias jurídicas e normativas. Um dos postos-chaves de incentivo ao cultivo da soja versa sobre a incorporação de tecnologia em sua produção, especialmente de biotecnologia no que diz respeito à utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), conhecidos popularmente como transgênicos. Para Silveira, Borges e Buainain (2005, p. 102) “o surgimento da biotecnologia moderna marca o início de um novo estágio para a agricultura e reserva um papel de destaque à genética molecular”.

O Rio Grande do Sul (RS), foco deste estudo, é de especial importância neste contexto porque desde o início da implementação dos OGMs nas lavouras de soja no Brasil os agricultores gaúchos investiram nessa forma de tecnologia. As primeiras sementes de soja transgênica no estado foram contrabandeadas da Argentina e plantadas de forma ilegal no final da década de 1990. Pressionado pela alta adesão de produtores gaúchos e pelo *lobby* da Monsanto, empresa que fornecia as sementes geneticamente modificadas resistente ao pesticida glifosato, o Governo Federal entrou em uma corrida para regularizar os OGMs. A safra de soja transgênica de 2002/2003 foi a primeira a ser liberada para produção em escala comercial no país. A partir de 2005, com a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e com a aprovação da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.05, 25 de Março de 2005), abriram-se novas possibilidades para o agronegócio brasileiro.

Os incentivos ao agronegócio da soja são acompanhados de um discurso calcado na ideia de modernização. Por um lado, o aumento da produtividade por hectare, de 11% na comparação 2013/2014 com 2001/2002, é amplamente celebrado e vinculado diretamente a um discurso de modernização do campo; por outro, o aumento das áreas utilizadas para o plantio de soja, que praticamente dobraram no mesmo período, causa impactos para o cultivo e estrutura fundiária tradicionais e recebe pouca atenção nos veículos oficiais e na imprensa. Legitimado pela construção desse discurso, os incentivos ao agronegócio da soja - agora elevado ao papel de grande protagonista da economia gaúcha - são ampliados. No entanto, para além desse aparente consenso, há diversos indicativos que sugerem que os desdobramentos desses incentivos às lavouras de soja não estão sendo devidamente dimensionados. Diversos estudos e organizações têm denunciado que a estratégia de impulsionar o agronegócio da soja traz graves consequências sociais, ambientais e para a saúde humana, além de efeitos econômicos indesejáveis, como o aumento da dependência de produtos importados na produção agrícola nacional.

Partindo do aparente consenso sobre os benefícios da monocultura da soja, esse trabalho tem como objetivo **articular informações que possibilitem uma abordagem mais compreensiva sobre a presença, expansão e repercussões dessa monocultura no Rio Grande do Sul, considerando também os aspectos contraditórios que estão envolvidos**. A pesquisa foi realizada com base em informações secundárias, através de consulta a dados institucionais, periódicos, artigos científicos, notícias de jornais e sítios da internet. Os dados coletados foram analisados interpretativamente ao referencial teórico consolidado.